



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1256697 - MG (2018/0048189-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : P L DOS S**  
**ADVOGADO : LUCIA MASSARA - MG010908**  
**AGRAVADO : L G C DOS S (MENOR)**  
**AGRAVADO : M G C DOS S (MENOR)**  
**AGRAVADO : T G C DOS S (MENOR)**  
**AGRAVADO : J G P C - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADOS : CAIO CÉSAR BRASIL FERREIRA - MG124536**  
**SANDRO ANTONIO DE CAMPOS E OUTRO(S) - MG083250N**  
**MATEUS NATHAN PENIDO ALVES - MG181065**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por P L DOS S contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, o qual visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 240, e-STJ):

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE DÍVIDA ALIMENTAR - PRESTAÇÕES 'IN NATURA' - LIBERALIDADE - ABATIMENTO DA OBRIGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PROVIMENTO. - O pagamento da pensão alimentícia deve seguir a determinação contida no título judicial. Qualquer outra forma de pagamento é considerada mera liberalidade do alimentante, não havendo se falar em compensação ou dedução do valor executado.**

Opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo aresto de fls. 577/585, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 254/274, e-STJ), o ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, a violação dos arts. 8º, 924 do CPC/15, 884, 1.701 e 1.920 do CC, defendendo, em síntese, a possibilidade de compensação das prestações pagas a título de moradia e saúde com o valor devido a título de pensão alimentícia, sob pena de enriquecimento ilícito do alimentando.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 325/334, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 336/339, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial ante ausência de comprovação da afronta à lei federal e da incidência das Súmulas 7/STJ e 282/STF.

Nas razões do agravo (fls. 342/346, e-STJ), a parte, buscando destrancar o processamento da insurgência, refutou os fundamentos apontados.

Contraminuta às fls. 357/362, e-STJ.

Parecer do MPF às fls. 376/378, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da afronta aos arts. 8º, 924 do CPC/15, 884, 1.701 e 1.920 do CC, na qual a parte defende, em síntese, a possibilidade de compensação das prestações pagas a título de moradia e saúde com o valor devido a título de pensão alimentícia, sob pena de enriquecimento ilícito do alimentando.

A Corte de origem concluiu pela reforma do julgado primevo que reconheceu a referida compensação, adotando a seguinte fundamentação:

Com efeito, os pagamentos efetuados pelo Agravante aos Agravados, 'in natura', não podem ser abatidos. Cediço é que, o pagamento da pensão alimentícia deve seguir a determinação contida no título judicial. Qualquer outra forma de pagamento, como dinheiro 'in specie' dado aos filhos ou benefícios 'in natura', é considerada mera liberalidade do alimentante, não havendo se falar ou cogitar em compensação ou dedução do valor executado. Neste sentido, a jurisprudência desta Casa:

[...]

Portanto, entendo que não observado nenhum excesso de execução e, tampouco, equívocos na planilha elaborada pelos Recorridos, não podem ser compensados os valores pagos in natura, a título de pagamento de financiamento imobiliário ou pagamento de planos de saúde dos menores.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO reformando a decisão agravada, para desconstituir como forma de extinção da obrigação a compensação das verbas pagas in natura pelo agravado, a título de financiamento imobiliário e pagamento de planos de saúde dos filhos e determinar o prosseguimento da execução.

Com efeito, a jurisprudência do STJ, em regra, não admite a compensação de alimentos fixados em pecúnia com aqueles pagos in natura. Entende-se que o pagamento de forma diferente da estipulada pelo juízo, deve ser entendido como mera liberalidade. A propósito: STJ. 4ª Turma. AgRg no REsp. 1257779/MG, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, DJe 12/11/2014.

Todavia, deve-se ponderar que o princípio da não compensação do crédito alimentar não é absoluto, devendo ser flexibilizado, para impedir o enriquecimento indevido de uma das partes.

Nesse contexto, esta Corte Superior tem admitido, excepcionalmente, a compensação de despesas pagas in natura referentes à moradia, saúde e educação, por exemplo, com o débito oriundo de pensão alimentícia.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO FIXADA EM PECÚNIA. ABATIMENTO DE PRESTAÇÃO "IN NATURA". POSSIBILIDADE. PAGAMENTO DE ALUGUEL, TAXA DE CONDOMÍNIO

E IPTU DO IMÓVEL ONDE RESIDIA O ALIMENTADO. DESPESAS ESSENCIAIS. ENRIQUECIMENTO INDEVIDO.

1. Controvérsia em torno da possibilidade, em sede de execução de alimentos, de serem deduzidas da pensão alimentícia fixada exclusivamente em pecúnia as despesas pagas "in natura" referentes a aluguel, condomínio e IPTU do imóvel onde residia o exequente.

2. Esta Corte Superior de Justiça, sob o prisma da vedação ao enriquecimento sem causa, vem admitindo, excepcionalmente, a mitigação do princípio da incompensabilidade dos alimentos. Precedentes.

3. Tratando-se de custeio direto de despesas de natureza alimentar, comprovadamente feitas em prol do beneficiário, possível o seu abatimento no cálculo da dívida, sob pena de obrigar o executado ao duplo pagamento da pensão, gerando enriquecimento indevido do credor.

4. No caso, o alimentante contribuiu por cerca de dois anos, de forma efetiva, para o atendimento de despesa incluída na finalidade da pensão alimentícia, viabilizando a continuidade da moradia do alimentado.

5. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1501992/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 20/04/2018)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. FIXAÇÃO EM SENTENÇA. DEVER DE PAGAR EM ESPÉCIE. COMPENSAÇÃO. PRESTAÇÃO IN NATURA. ENRIQUECIMENTO INDEVIDO.

1. Esta Corte tem manifestado que a obrigação de o devedor de alimentos cumprir-la em conformidade com o fixado em sentença, sem possibilidade de compensar alimentos arbitrado em espécie com parcelas pagas in natura, pode ser flexibilizada para afastar o enriquecimento indevido de uma das partes. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1560205/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017)

A decisão monocrática acostada às fls. 15/17 (e-STJ) que foi objeto de reforma pelo aresto a quo, decidiu a questão em consonância com esse entendimento, conforme se extrai do excerto a seguir destacado, confira-se:

Verifica-se, ainda, que o requerido comprovou, através de juntada dos documentos de ff. 47/155, que realizou o pagamento dos alimentos provisórios na forma in natura, pagando diretamente aos prestadores e fornecedores de serviços de saúde, educação, moradia, entre outros gastos, em montante que inclusive supera os alimentos provisórios arbitrados.

Não bastasse, consta que o executado figura como responsável financeiro em todos os contratos que tem como beneficiários os menores e que os valores pagos correspondem às necessidades básicas dos mesmos.

Assim, restou demonstrado que o executado vem cumprindo sua obrigação alimentar, pelo menos até maio de 2015, uma vez que honra os pagamentos de despesas diversas em benefício de seus filhos.

Assim, estando o acórdão recorrido em desconformidade com esse entendimento, pois, concluiu pela impossibilidade da aludida compensação sem analisar as peculiaridades do caso concreto, as quais foram devidamente examinadas pelo julgado de primeiro grau (fls. 15/17, e-STJ), que deve ser restabelecido.

**2.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial e restabelecer o *decisum* de fls. 15/17 (e-STJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator